

AEC - edu

# Maioria da subcomissão defende exclusividade das verbas públicas

Da Sucursal de Brasília

A subcomissão da Educação, Cultura e Esportes poderá se definir, ainda hoje, pela exclusividade das verbas públicas para escolas públicas, rejeitando proposta contida no anteprojeto da subcomissão, de autoria do senador João Calmon (PMDB-ES), 70, que prevê a destinação de recursos federais para instituições não estatais, mas de caráter público e sem fins lucrativos. Um grupo de doze integrantes da subcomissão, pertencentes aos PMDB, PFL, PT e PDT, está articulado para defender a exclusividade. Apenas três apóiam o relatório de Calmon e o restante ainda não tem posição definida. A subcomissão conta com 23 membros.

Hoje, a partir das 14h, a subcomissão reúne-se para discutir o relatório e aproximadamente 260 emendas apresentadas ao anteprojeto. No entanto, qualquer das propostas, que venha a ser derrotada na subcomissão, poderá posteriormente ser reapresentada na comissão de Sistematização ou no plenário do Congresso constituinte.



João Calmon, senador (PMDB)

Calmon defende a sua tese argumentando que muitas escolas de nível superior, mantidas por instituições religiosas (as "confessionais" e as PUCs) não têm caráter lucrativo e prestam relevantes serviços à comunidade. Além disso, o senador consi-

dera o fato de que, se as PUCs forem fechadas, em decorrência das graves crises econômicas porque passam, mais de cinquenta mil alunos não teriam onde estudar. Segundo ele, pesquisas já apontaram que são nessas escolas que estuda o maior número de alunos carentes.

Otávio Elisio, (PMDB-MG), um dos articuladores do grupo pró-exclusividade, afirma que não é contrário à existência da escola particular e defende a liberdade de escolha. "Só que essa liberdade para optar entre uma ou outra escola só irá ocorrer quando tivermos um ensino público, gratuito e de boa qualidade para todos". E, segundo ele, num país onde até hoje existem mais de oito milhões de crianças em idade escolar fora da sala de aula, "não é possível tirar recursos que deveriam ser aplicados na melhoria e ampliação do ensino público para colocá-los nas escolas particulares".

Segundo Otávio Elisio, um documento pró-exclusividade conta com doze assinaturas, dos seguintes deputados federais: Hermes Zanetti

(PMDB-RS), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), Paulo Silva (PMDB-PI), Otávio Elisio (PMDB-MG), Tadeu França (PMDB-PR), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Átila Lira (PFL-PI), José Queiroz (PFL-SE), Pedro Canelo (PFL-GO), Chico Humberto (PDT-MG) Sólton Borges (PTB-SP) e Florestan Fernandes (PT-SP). Em levantamento feito pela Folha, publicado no dia 11 de maio, apenas três membros defendiam a não exclusividade: o senador João Calmon (PMDB-ES), Agripino Lima (PFL-SP) e Álvaro Vale (PL-RJ).

Fora do Congresso, as duas posições também encontram fortes aliados. O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, tem manifestado ultimamente a sua defesa pela não exclusividade. A ele juntam-se o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação de Educação Cristã (AEC) e Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen).